

O fim de um tempo

Última aula na Pós-Graduação em Ciências da Religião, (15 de agosto de 2002)*

Antonio Gouvêa Mendonça

Verti me ad aliud, et vidi sub sole nec velocium
esse cursum, nec fortium bellum, nec sapientium
panem, nec doctorum divitias, nec artificum gratiam,
sed tempus casumque in omnibus (Ecc. 9, 11).

Escolhi como epígrafe desta aula este verso do livro do Eclesiástico por dois motivos: primeiro, porque não escondo meu gosto pelo Latim e, segundo, porque está em verso e expressa melhor o que penso. Diz o sábio no seu saber que não vira ainda debaixo do sol algo que, em esplendor, não dependesse do tempo e do acaso (*sed tempus casumque in omnibus*). Pois que a recompensa dos atletas velozes, o pão dos sábios, a riqueza dos prudentes e o favor dos entendidos não estão na racionalidade do planejamento, na previsão do tempo, mas na imprevisibilidade e no fortuito. Parece até que o sábio do Eclesiastes já conhecia aquilo que os existencialistas muito tempo mais tarde iriam conceber como a construção histórica da existência. Isto está muito nítido em Sartre, por exemplo. O tempo, caminhando no sentido inverso do que costumamos pensar, vai nos oferecendo opções que, escolhidas muitas vezes ao acaso, constroem o tecido de nossa existência.

Esta é a sensação que tem aquele que, no entardecer da vida, se vê na contingência de fazer dela um balanço. Com receio do auto-elogio, péssimo

* Atente o leitor para o fato de que esta aula de Antonio Gouvêa de Mendonça, aqui inserida para mostrar um pouco de seu pensamento e de sua atividade em vida, retrata o *status* em que se achava seis anos atrás. a discussão acerca da(s) Ciência(s) da Religião no Brasil e a realidade em curso na Umesp [Nota do editor].

em todos os sentidos, torna-se com frequência pessimista e lamenta o passado. Como manter, neste momento em que a emoção e as paixões humanas tendem a falar muito alto, seja negativa ou afirmativamente, aquele distanciamento que durante toda a nossa vida perseguimos no afã de fazer ciência honesta? Como preservar firmemente a neutralidade quando temos de falar de nós mesmos? Esta é a dificuldade imensa que sinto neste momento em que, me despedindo desta instituição a que servi por tanto tempo e da qual será impossível me desprender inteiramente porque faz parte, pelo tempo e pelo acaso, das decisões, da existência que construí durante mais de duas décadas, ao ter de fazer um balanço histórico, científico e, ao mesmo tempo, pessoal, do Curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião. Como distinguir o objeto, isto é, a instituição, do sujeito? Pois é impossível. Não se distingue facilmente o sujeito do objeto, não há saber nem ciência alguma que não seja contaminada pela paixão. Por isso, não vou tentar ser hipocritamente neutro; vou permitir, e peço licença para isso, que a paixão, a emoção e alguns laivos de objetividade, me acompanhem nesta exposição, ou aula, como queiram.

Sugeriu-me o Prof. Lauri Wirth, que eu narrasse minha experiência de vinte anos no Curso de Ciências da Religião – passei a lecionar nele em 1982 – e, ao mesmo tempo, delineasse a trajetória teórica do seu objeto, isto é, do *status* científico da Ciência ou das Ciências da Religião. É inevitável que se misturem fatos com sensações pessoais, pois que toda experiência de vida paira no espaço que medeia a realidade do sentimento. Portanto, aqueles aqui presentes que, de algum modo, participaram dos fatos narrados, de perto ou à distância, são por mim convidados a tolerar as imprecisões e mesmo erros de compreensão.

A memória é também traçoeira. Simplesmente por motivos didáticos, vou dividir esta memória – que, afinal, desembocará em debate – em três partes que, não submetidas ao rigor cronológico, se interpenetrarão em idas e vindas ao sabor dos elos de ligação, dos encontros e desencontros. Assim, tentarei delinear a arqueologia do curso: caminhando do seu início até 1986, quando cheguei ao patamar máximo no sistema de avaliação da Capes obtendo o conceito A; passando pelo exílio, isto é, o tempo de ruptura geográfica e espiritual com o Instituto Metodista de Ensino Superior; e chegando à experiência da Associação Nacional de Pós-Graduação em Teologia e Ciências da Religião (Anpter). Farei, além disso, um apêndice para tratar do chamado “*status* atual da(s) Ciência (s) da Religião no Brasil”.

A arqueologia do curso

A arqueologia do Curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião já é por demais conhecida. Já foi contada e recontada em prosa e verso. Não vou, portanto, me demorar muito nela. Ousaria chamar o primeiro período, deli-

neado aqui de maneira arbitrária, de período romântico. Vou tentar mostrar por quê. Embora tudo fosse feito dentro dos parâmetros institucionais, seguindo as linhas regimentais da Pós-Graduação do IMS, naquela época aglutinando todos os cursos – eram cinco – num Centro de Pós-Graduação com seu conselho e regimento próprios, o Curso de Ciências da Religião cingia-se de certa aura romântica com seus sonhos de grandeza no mundo ecumênico que atingia na época seu ápice. O universo do movimento ecumênico era forte e abrangente e, imersos nele, criamos, poderíamos fazer grandes coisas. Os recursos desse mundo unificado dos cristãos, sob a hegemonia dos centros protestantes ricos, estavam à nossa disposição. Bastava que nosso desempenho e nossa idoneidade fossem reconhecidos para que tivéssemos pleno acesso às suas benesses. De fato, sob o signo do ecumenismo, o Curso de Ciências da Religião avançou e, em pouco tempo, distinguia-se dos demais cursos do IMS pela sua dinâmica e universalidade. Tínhamos muitos recursos porque projetos feitos para três anos se sustentavam por mais três devido ao câmbio de seis ou sete por um.

Outra face do romantismo desse período era o rosto familiar do curso. Éramos poucos professores, cinco ou seis, e poucos alunos, rondando pela casa dos vinte. Divididos por três áreas de concentração, alunos e professores se cruzavam e conviviam num espaço pequeno, inclusive com alunos dos cursos de Psicologia, Comunicação e Administração, o que facilitava bastante a desejada interdisciplinaridade. O Curso de Odontologia, pela sua natureza, ocupava outro espaço, embora no mesmo prédio (o Lambda). As áreas de concentração não eram estanques, transitava-se livremente de uma para outra, talvez exatamente porque fôssemos poucos. Lembro-me de todos os professores, como Prócoro Velasques Filho, coordenador, Jaci Maraschin, Duncan Reily, Rui Josgrilberg, Ian van den Berg, Júlio de Santa Ana, Etienne Higué e outros que ofereciam cursos a convite. O coordenador-geral de Pós-Graduação era José Marques de Mello e o diretor-geral do IMS o Dr. Benedito de Paula Bittencourt. Até o fim da década de 1980, houve muitas mudanças na pós-graduação do IMS, com outros coordenadores gerais, inclusive este que vos fala, que foi coordenador-geral entre 1986 e 1987. Menciono este fato porque ele está ligado a outro que vale a pena ser lembrado. Este período coincide com a saída do Dr. Benedito de Paula Bittencourt da direção-geral e marca grande crise da pós-graduação. Mentalidades diferentes quanto ao sentido da pós-graduação entendiam que o custo que ela representava para a instituição não justificava sua presença no orçamento. Era diretor-geral o Dr. Gerson Veiga e os setores da administração financeira pressionavam sem descanso para que fossem tomadas medidas drásticas contra a pós-graduação, até mesmo a sua extinção. Entretanto, a pós-graduação, muito coesa, talvez

porque estivesse reunida num centro e tivesse representação na comissão que assessorava o diretor-geral, conseguiu superar a crise. Logo após, a pós-graduação, não mais unida geográfica e regimentalmente, dispersou-se.

Não posso deixar de referir-me a outro fato que compunha a face romântica do Curso de Ciências da Religião. Prócoro Velasques Filho, Jaci Maraschin e eu mesmo éramos os únicos professores que dedicavam todo o tempo ao curso. Os demais tinham outras atividades, dentro ou fora do IMS. Por isso, estávamos sempre juntos todos os dias da semana. Dedicávamos todo o nosso tempo ao curso. Era a nossa própria vida. Era um tempo desburocratizado. Tínhamos muita liberdade. O curso era uma espécie de *cosa nostra*. Éramos, os três, uma espécie de “trindade excelsa”, segundo diziam. Mas, isto não significava, como alguns pensavam, que nós três fôssemos os donos do curso. Isto até poderia ter acontecido se não estivesse na liderança um homem como Prócoro Velasques Filho. Figura ímpar e profundamente democrática que exercia a liderança sem que ela fosse percebida.

Pensávamos nós três o curso, como era natural pela nossa contínua convivência, mas Prócoro sabia como compartilhar cuidadosa e democraticamente as idéias com os demais professores e nenhuma decisão era tomada sem que todos fossem ouvidos. Homem profundamente liberal, para alguns até demais, nunca foi bem compreendido, acredito. Teólogo e humanista, era respeitado por todos nós, mesmo nos seus momentos de ironia, quase sempre bem-humorada. Nos seus últimos tempos, percebia-se nele um travo de amargura e ressentimento. Nunca entendemos bem por quê. Quando se foi, deixou conosco um espaço vazio de perplexidade. Quem era mesmo Prócoro? Pensamos ter conhecido dele ao menos uma face, a do líder, do teólogo e humanista, mas permanece nas sombras sua personalidade íntima de homem amargo, mas cuja amargura jamais se transformou em tropeço para suas relações de amizade e trabalho.

Saiu há pouco (2002) a segunda edição do livro *Introdução ao protestantismo no Brasil* (primeira edição em 1990), que escrevi a quatro mãos com Prócoro. Entre 1987 e 1988, Prócoro e eu demos, juntos, dois semestres de um curso intitulado História do Pensamento Cristão que procurava estabelecer uma ponte, ponte em muitos pontos rompida, entre o pensamento protestante, diríamos, pretensamente original e os seus reflexos e desenvolvimento no Brasil. Maraschin, então o editor das publicações do nosso Curso e encarregado de preparar todos os nossos projetos, decidiu publicar parte dos textos que Prócoro e eu havíamos preparado para as aulas oferecidas. Editou o texto e escreveu seu prefácio. Para nossa surpresa, a editora, sem que nos consultasse, reimprimiu o livro a título de segunda edição sem que pudéssemos fazer algumas atualizações. Maraschin lamentou o fato, porque teria sido

uma oportunidade para, fazendo outro prefácio, prestarmos homenagem a Prócoro, que faleceu logo após a publicação da primeira edição (Prócoro faleceu em janeiro de 1991). Fica aqui, nesta oportunidade, esta singela homenagem ao primeiro coordenador do curso. Embora não seja recomendável fazer promessas, pretendo completar esta homenagem a Prócoro traduzindo e publicando um texto seu encontrado em 24 de abril de 1999 por mim e por Paulo Barrera entre os guardados de nossa sala no edifício Téta. Trata-se de um texto de pouco mais de seis páginas, datilografado em papel azul, com o título *Theology, faith, idols and the Kingdom of God*, sem data e sem qualquer indicação de onde foi apresentado ou publicado. Embora pareça ser antigo, é do tempo em que [Prócoro] era coordenador do curso, conforme indica a nota de rodapé na primeira página.

Este período caracterizou-se também pela instituição das chamadas cátedras que nada mais eram do que projetos de complementação de salários para professores. A expansão do curso exigia mais professores e mais carga horária para alguns, assim como a contratação de funcionários a fim de levar avante os diversos projetos. Essa expansão extravasava os quadros da Metodista e agravava o peso da pós-graduação no seu orçamento, estabelecendo desequilíbrio em relação aos demais cursos de pós-graduação. Embora a instituição entrasse com parte dos gastos necessários a essa expansão, não tínhamos outro meio a não ser lançar mão de recursos externos através de projetos. Nos últimos anos da década de 1980 tínhamos onze funcionários e incorporado mais professores e instalado a Biblioteca Ecumênica como componente do projeto da Bibliografia Bíblica Latino-Americana, sob a liderança de Milton Schwantes. Entretanto, a expansão do curso dependente de recursos externos gerou séria crise entre 1990 e 1994. A expansão se sustentara em dois pilares principais: a solidez do movimento ecumênico e a disparidade cambial já mencionada. Ora, nesse momento, o movimento ecumênico já dava sinais de enfraquecimento e os planos econômicos do governo derrubaram os recursos de que dispúnhamos em dólares.

Passagem pelo exílio

Neste ponto, passamos para uma outra etapa que chamo de exílio. Prócoro havia muito tempo não se conformava com as limitações físicas e financeiras impostas pela Metodista. O curso, em expansão, não tinha espaço físico suficiente no Centro de Pós-Graduação, assim como não tinha recursos para aumentar o corpo docente e administrativo. No auge das facilidades financeiras que os projetos carregavam para o curso, Prócoro alimentava o sonho de fundar um centro ou instituto autônomo de Estudos Avançados de Religião, o que significava cortar os cordões que nos ligavam à Metodista.

Júlio de Santa Ana, Maraschin e eu mesmo não encarávamos a idéia com entusiasmo, porque não víamos como impor um instituto autônomo de estudos de religião num espaço social e acadêmico como o do Brasil na época. Os institutos científicos e tecnológicos existentes no Exterior e no Brasil não serviam de modelo, porque contavam com apoio e recursos governamentais ou empresariais de grande porte, segundo interesses políticos, estratégicos e econômicos. Ora, não era esse o caso do interesse pela religião. Porém, se a autonomia plena sonhada por Prócoro não foi além do sonho, a autonomia física, ao menos parcial, ele conseguiu por algum tempo.

O imperativo de abrigar o projeto da Bibliografia Bíblica Latino-Americana e seu apêndice que era a Biblioteca Ecumênica, Prócoro, agora meio autocraticamente, para surpresa nossa, mudou o curso para uma casa alugada no centro de Rudge Ramos, que, tornando-se insuficiente, foi substituída por outra. Ambos esses lugares ficaram conhecidos simplesmente por “a casa”. Júlio de Santa Ana e eu ensaiamos uma rebelião, recusando-nos a abrir mão do pequeno espaço que tínhamos no Centro de Pós-Graduação, onde pretendíamos continuar atendendo nossos alunos e dando nosso “expediente” institucional. Tivemos de capitular, porque o Centro de Pós-Graduação se apossou do espaço e fomos expulsos. Tivemos de ir para “a casa”, literalmente. O próprio Centro de Pós-Graduação, que funcionava no edifício Lambda, já fora desalojado em parte pelo Colégio Metodista, privando-nos de nossas minúsculas salas individuais de atendimento aos alunos, existentes no segundo andar.

Ficou patente o mal-estar entre o curso e a direção da Metodista por causa da nossa rebeldia. Os problemas do exílio foram vividos especialmente por mim, que coordenei o curso de 1990 a 1994. A direção-geral forçou claramente a substituição de Prócoro na coordenação do curso. Sobrou para mim. Entretanto, reconheço hoje que os problemas foram minimizados e caminharam para uma solução, principalmente por causa da pessoa que ocupava a direção-geral no período. A situação para o curso ficara, no fim da década de 1980, extremamente grave. Tínhamos de arcar com o aluguel e os impostos da “casa”, assim como sua conservação – estava em situação precária, prejudicando nossa incipiente biblioteca pela penetração de água de chuva –, além dos subsídios salariais que os funcionários recebiam por conta dos recursos vindos do Exterior.

Em suma, em fins de 1990 não podíamos mais arcar com as despesas da “casa” e nem com os subsídios salariais. Iniciamos difícil negociação com a direção-geral a fim de solucionar, portanto, dois problemas: primeiro, o regresso do curso ao *campus* com o objetivo de nos livrarmos do aluguel e das demais despesas; e, segundo, ajustar os funcionários aos quadros da Metodista, o que implicava redução de salários com o corte dos subsídios e até mesmo,

em alguns casos, de rebaixamento de categoria funcional. Com a boa vontade do diretor-geral e da administração, além do sacrifício dos funcionários, conseguimos chegar a um acordo às vésperas do Natal de 1990. Com a desativação da gráfica que funcionava no porão do edifício Lambda, com sua frente voltada para a antiga quadra de esportes ao lado da cantina, conseguimos voltar ao *campus* ocupando aquele espaço. Agora estávamos relativamente em paz, apesar da exigüidade do espaço ocupado na maior parte pela nossa biblioteca, que não parava de crescer. Dali viemos para o edifício Téta e, de lá, para onde estamos hoje. É bom que fiquemos por ali, porque as Letras Gregas estão se acabando.

Mas esse período, administrativamente difícil, foi também marcado por três fatos que abriram novos horizontes para o curso, assim como para o desenvolvimento da área de conhecimento abrangida pela Teologia e pelas Ciências da Religião. Na verdade, dois desses fatos, como o projeto do Programa de Doutorado e a fundação do Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião, simplesmente conhecido por IEPG, e seu convênio com a Escola Superior de Teologia (EST) de São Leopoldo (RS), da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, tiveram seus processos iniciados antes do período em questão. O outro, a fundação da Associação Nacional de Pós-Graduação em Teologia e Ciências da Religião (Anptter), foi iniciado e levado a cabo entre 1990 e 1994.

Em 1995 – ou 1996, não me recordo bem – o curso recebeu o conceito A no processo de avaliação da Capes, igualando-se, quanto ao conceito, ao curso pioneiro na área, que era o de Pós-Graduação em Teologia da PUC-RJ. Eram três os cursos avaliados na época: o da PUC-RJ, de Teologia, o da PUC-SP, de Ciências da Religião, e o nosso, também de Ciências da Religião. Lembro-me de que fomos bastante auxiliados pela experiência dos padres Henri Ternay, da PUC-RJ, e João Edênio Vale, da PUC-SP, que, por parte da Capes, nos visitaram mais de uma vez. Teologia e Ciências da Religião ficavam sob o pálio da Filosofia, através de sua Comissão de Avaliação. Debaixo do pálio da Filosofia, agora senhora e não serva da Teologia, não se visualizavam distanciamentos e conflitos entre Teologia e Ciências da Religião. Eram ciências irmãs dentro de uma mesma casa. Somente com o progresso da área, graças à criação de outros cursos e seu ingressos no sistema de avaliação, é que surge devagar algum questionamento sobre os respectivos perfis. Tratarei mais adiante deste assunto.

Atualmente, todo curso que obtenha nota três no sistema de avaliação está automaticamente homologado e credenciado. Chegando a quatro, pode pleitear a abertura de um programa de doutorado. Naquele tempo, o credenciamento de um curso de pós-graduação só era possível quando ele

atingisse grau de excelência e, mesmo assim, era necessário montar um processo especial que era avaliado pela Capes, inclusive com visita pela respectiva comissão. Por causa das crises mencionadas, só alguns anos após obtermos o conceito A é que montamos o processo de credenciamento. O curso foi credenciado em 1991 ou 1992. Entretanto, a satisfação pela obtenção do credenciamento foi logo empanada pela surpresa que nos causou a recusa do registro dos nossos diplomas de mestrado pelo respectivo departamento da Universidade de São Paulo quando seus portadores não possuíam outra graduação além da de Teologia. Enviei os diplomas e quatro deles que estavam nessas condições foram registrados e depois tiveram os registros cancelados, sob a alegação de que os cursos de graduação em Teologia eram cursos livres, como de fato eram, e, portanto, sem direito ao reconhecimento para registro.

Ficava então patente que os critérios acadêmicos, seguidos pela Capes não se ajustavam aos parâmetros burocráticos do Ministério da Educação. Desde então, inserimos em nossos prospectos a advertência aos candidatos de que os graduados exclusivamente em Teologia não teriam seus diplomas registrados. Superado o processo de credenciamento é que entramos com o pedido de autorização para criar o programa de doutorado. Como o processo previa quatro áreas de concentração, as mesmas do mestrado, a comissão da Capes, entendendo serem excessivas para um programa de doutorado, sugeriu a redução para três. Refiz o projeto, inserindo a área de Teologia Prática como linha de pesquisa na área de Teologia e História, e, assim, ele foi aprovado. Posteriormente, em um momento qualquer, foi feita uma reversão para o projeto inicial.

Outro fato que correu paralelamente ao acima, foi a criação do IEPG, já mencionado. Desde o início do curso, considerando-se como tal sua inserção no Centro de Pós-Graduação do IMS, em 1979, sob inspiração do Dr. Benedito de Paula Bittencourt, existiu um Conselho Ecumênico, composto inicialmente por representantes de igrejas que tinham membros seus estudando conosco. Esse conselho, exclusivamente consultivo e fraternal, era formado por representantes das igrejas Metodista, Presbiteriana Independente, Adventista do Sétimo Dia, Episcopal, Evangélica Reformada (holandesa) e Reformada Húngara. A composição do conselho não significava limitação ao ingresso de alunos, pois desde o início havia alunos de outras igrejas. O mesmo princípio aplicava-se, como se aplica hoje, ao corpo docente. O conselho, pela sua natureza, não interferia na área acadêmica e tampouco na administrativa, áreas exclusivas, como não poderia deixar de ser, do IMS. Era importante, entretanto, pelo aspecto fraternal e, principalmente, ecumênico. Este último era fundamental para a obtenção de recursos no Exterior, principalmente bolsas de estudos, porque os órgãos ecumênicos não destinavam verbas para instituições particulares, mesmo igrejas. Mas, não sendo o conse-

lho pessoa jurídica, não podia receber nem movimentar dinheiro, o que era feito fraternalmente pela Associação de Seminários Teológicos Evangélicos (Aste), cujo secretário-geral era Jaci Maraschin. Esta é, portanto, a pré-história do atual Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião (IEPG), já contando com representantes de outras igrejas além das iniciais.

A idéia da criação de um curso de mestrado de caráter ecumênico, além dos que já eram ministrados por alguns seminários particulares – de igrejas –, já circulava no âmbito da Aset havia algum tempo, aí pelos fins dos anos 1970. Maraschin insistia muito nessa idéia. Ela não se desenvolveu, enquanto, ao mesmo tempo, surgiam os mestrados em Teologia na Faculdade de Teologia da Igreja Metodista, em Rudge Ramos, e na Escola Superior de Teologia, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, em São Leopoldo (RS), bem diferentes entre si em estrutura. Um dia qualquer dessa época e num lugar qualquer da África, também numa reunião qualquer, Nelson Kirst, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e secretário-geral da Federação Luterana Mundial, propôs a Prócoro Velasques Filho, então coordenador do nosso curso, a formação de um convênio entre a Metodista e a Escola Superior de Teologia (EST) com o objetivo de criar um curso de doutorado. Ele acenou com o apoio e a ajuda financeira por parte da Federação Luterana Mundial. Prócoro entusiasmou-se, porque a proposta vinha num momento em que o nosso projeto de doutorado, como já foi dito, esbarrava com as dificuldades financeiras e de relacionamento com o IMS. Logo após o seu regresso, promovemos várias reuniões com representantes da EST num hotel em Florianópolis, durante as quais as idéias foram evoluindo até chegarmos a um anteprojeto em condições de ser aprovado. Numa última reunião, agora com a presença de Nelson Kirst, sentimos que a contraparte da Federação Luterana Mundial não era tão óbvia como se pensava. Mas, mesmo assim, fomos em frente, aprovando o projeto que contava, para sua execução, com um convênio entre a Metodista e a EST.

Além do convênio, o projeto previa um período de experiência de três anos para desistência ou ajustes. O convênio nunca foi firmado. Andei de Herodes a Pilatos por causa do tal convênio e não consegui dar um passo para sua consecução. Entendi, após algum tempo, que um convênio entre instituições assimétricas – uma igreja e uma instituição acadêmica – era praticamente impossível.

Mas, mesmo sem o convênio fomos em frente e institucionalizamos o Instituto Ecumênico de Pós-Graduação transformando-o em pessoa jurídica mediante estatuto reelaborado que incluía outras igrejas além da IECLB, nossa parceira no projeto. Durante todo esse tempo, foi presidente do IEPG o Rev. Abival Pires da Silveira, da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil. O cerne

do projeto do IEPG era a obtenção de recursos num montante tal que praticamente resultasse na autonomia financeira do curso constituído num instituto dentro da instituição universitária, então o IMS já em processo de transformação em universidade. Voltava, com insistência, a velha idéia de autonomia, só que agora relativa e, em todos os sentidos, mais possível e conveniente.

Fizemos então o projeto do Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião que deveria funcionar em dois pólos: São Bernardo do Campo (SP), no campus do IMS, e São Leopoldo (RS), no campus da EST. Redigido, como sempre, por Maraschin, o projeto previa uma doação conjunta, por parte dos órgãos ecumênicos, de 300 mil dólares por três anos. Ofélia Ortega, então diretora do Departamento de Educação Teológica do Conselho Mundial de Igrejas, agendou uma reunião, em Genebra, em janeiro de 1990, entre um representante do IEPG e representantes dos órgãos ecumênicos que se interessassem pelo projeto. Partiu, então, Prócoro, tendo em mãos o projeto e muito confiante. Não se sabe por que, a reunião, além de Prócoro e Ofélia, só contou com a presença de Lothar Engels, diretor da Missionswerk, de Hamburgo (Alemanha). Foi uma frustração, principalmente pela ausência do representante da Federação Luterana. Lothar Engels, em nome da Missionswerk, comprometeu-se a contribuir com 100 mil dólares, promessa que foi cumprida, inclusive renovando o projeto. Dividida essa importância com a EST, couberam ao IEPG cinquenta mil dólares. Foi essa a contribuição mais significativa que o IEPG recebeu por muito tempo. Não sei como está hoje. Com o passar do tempo e o progresso e a consolidação do curso, o IMS foi gradativamente assumindo seus custos e a parte remanescente das cátedras foi sendo repassada à Universidade Metodista de São Paulo. Estas informações mais recentes não são para mim muito seguras, porque há tempo que me afastei do IEPG. Não vou me alongar, por isso, em considerações sobre esse órgão.

A experiência do IEPG quanto ao trabalho conjunto com a EST apresentou aspectos diferentes na avaliação feita após três anos de convívio. Um deles foi a profícua troca de experiências oriundas de duas vertentes diferentes do protestantismo brasileiro, isto é, o protestantismo de missão ou conversão, representado pelas igrejas que inicialmente participavam do curso, e o protestantismo chamado de imigração que, embora forte e com sistema de educação teológica consistente, não se integrava com o outro universo protestante. Se pudemos oferecer à EST nossa experiência já conseguida anteriormente em pós-graduação, ela nos transferiu, por sua vez, sua tradição em educação teológica. Entretanto, a assimetria já mencionada e o, ao menos aparente, desinteresse das respectivas cúpulas pelo convênio, fizeram com que o projeto não fosse além da experiência de três anos. Mas, não foi inteiramente vão o esforço, porque dele resultaram duas instituições hoje fortes e respeitadas em pós-graduação protestante.

A experiência da Anpter

Fui chamado pela primeira vez a colaborar com a Comissão de Avaliação da Capes em 1991. Fiquei quatro anos, mas, logo no primeiro ciclo de avaliação, o Prof. Ricardo Terra, do Departamento de Filosofia da USP e presidente da comissão, sugeriu-nos que atraíssemos mais cursos para o sistema e fundássemos uma associação nacional à semelhança de outras como a Anpof e a Anpocs¹, a fim de promover o fortalecimento da área e sua emancipação futura da Filosofia. A Metodista dispôs-se a hospedar uma reunião de representantes dos cursos inseridos ou não no sistema de avaliação. A reunião, realizada na sala do Conselho Diretor, contou com coordenadores e professores de vários cursos, sendo que a maioria deles está hoje no sistema. A reunião durou dois dias e, afinal, foi eleita uma diretoria provisória encarregada de preparar um anteprojeto de estatuto para a associação. Essa reunião realizou-se em 1994 e no ano seguinte, em 1º de junho, organizou-se a Associação Nacional de Pós-Graduação em Teologia e Ciências da Religião (Anpter), em reunião realizada na Universidade Federal de Juiz de Fora. Foram eleitos presidente Paulo Fernando Carneiro de Andrade, da PUC-RJ, vice-presidente Antonio Gouvêa Mendonça, do IMS, e diretor-executivo Pedro de Assis Ribeiro de Oliveira, da Universidade Federal de Juiz de Fora. Além dos objetivos já mencionados, a Anpter deveria estimular o debate sobre o *status* científico da(s) Ciência(s) da Religião, já que o da Teologia não se discutia. No segundo dia da reunião foram apresentados alguns trabalhos sobre o tema. Não foram publicados, mas marcaram o início da preocupação com a possibilidade de uma Ciência da Religião, nome assumido pelo curso de Juiz de Fora, e sua definição perante a Teologia. A Anpter não cumpriu seu papel, mas a partir de sua primeira reunião, assim como de outra que realizou em Porto Alegre, na PUC-RS, deu partida num debate que se estende até hoje e está centrado no grupo que circula em torno do Curso de Pós-Graduação em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Os contornos desse debate estão ainda longe de serem definidos. No entanto, a troca de idéias já havida foi suficiente para a Comissão de Avaliação da Capes, parece que já em 1997, começar a levar em conta as definições dos cursos de Teologia e Ciência(s) da Religião. Por enquanto, os questionamentos sobre as definições não estão onerando as avaliações, mas é possível que no momento em que elas estiverem mais nítidas entrem em jogo na composição dos conceitos com peso significativo.

¹ Anpof - Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia. Anpocs - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

Em maio deste ano apresentei ao IV Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR), realizado na PUC-SP, um trabalho intitulado *O presente status do estudo das religiões: campo religioso e fenomenologia*. Nele faço um balanço que muito tem a ver com a continuidade do debate sobre a possibilidade de uma Ciência da Religião e sua inserção na universidade como campo definido e autônomo de conhecimento. Dr. Lauri me sugeriu que, nesta oportunidade, voltasse a tocar neste assunto por ser de interesse do nosso curso.

Em primeiro lugar, a questão do objeto de uma Ciência ou de Ciências da Religião (abandonamos desde logo outras variantes, como Ciência das Religiões etc.). Qual seria mesmo o objeto de tal ciência? Desde muito que se abandonou a possibilidade de que o sagrado seja seu objeto. Embora todo conhecimento religioso parta da experiência universal do sagrado, tal experiência não é suficiente para constituir uma ciência porque, em primeiro lugar, é sempre uma experiência individual insuficientemente comunicável e, como tal, não pode atingir *status* científico. A experiência do sagrado é individual e parcial e, portanto, não pode ser objeto de conhecimento científico no sentido pleno da palavra. Os epistemólogos da religião, particularmente os fenomenólogos, como Rudolf Otto, partem do fenômeno, isto é, da experiência do sagrado, para uma aproximação dele. Portanto, uma ciência da religião, justificando seu nome, tem de contentar-se com o conhecimento do fenômeno do sagrado, isto é, com sua “aparição”, o que significa parcialidade e temporalidade. A soma e sistematização dos fenômenos, quer dizer, de suas aparições e temporalidades, constituiria uma ciência e teria como objeto, portanto, a religião agora libertada do exclusivamente fenomênico para surgir como essência. Não temos, portanto, uma ciência do sagrado, mas uma ciência da religião que é a expressão social e cultural do sagrado.

A redação do parágrafo anterior, que contém uma visível contradição interna, deixa intencionalmente preparado o passo seguinte para a discussão, já não do objeto, mas do nome mesmo de tal ciência, isto é, da religião. Falei ao longo de suas linhas em Ciência da Religião, tendo passado sem mais nem menos de *ciências* para *ciência da religião*. Se tenho um objeto, como não falar de uma ciência? Acontece que tenho um objeto, mas várias formas de me aproximar dele, assim como vários caminhos, o que é típico das Ciências Humanas. Se parto do fenômeno para a essência, no dorso de uma ciência ao mesmo tempo empírica e teórica, focalizando uma forma – aparição – e um caminho, navego numa ciência particular definida pelo objeto e pelo método. Daí que, tendo como objeto a religião, elejo no fenômeno a forma que me interessa e enveredo pela Psicologia, Sociologia, Antropologia, História e assim por diante. Todas essas ciências, elegendo como objeto a religião, seriam compartimentos ou especializações delas mesmas e se constituiriam em Psi-

cologia da Religião, Sociologia da Religião, Antropologia da Religião, História da Religião e assim por diante. Seriam ciências específicas dentro de ciências particulares. Em suma, ao menos didaticamente, teríamos uma Ciência Geral da Religião que abrangeria a totalidade do conhecimento sobre a religião, o que seria, na prática impossível. Há uma ciência universal e, portanto, pode haver uma ciência universal da religião. Mas, como não posso, pelas limitações do conhecimento humano, abranger numa grande síntese tudo o que é possível saber sobre o meu objeto, quer dizer, a religião, tenho de me contentar com aproximações parciais instrumentadas pelas ciências particulares. Em suma, podemos falar em Ciência da Religião que, embora no singular, significa o geral, mas não podemos fazer tal ciência, porque não é passível de síntese; apelamos, então, para as aproximações parciais que nos possibilitam menos extensão em favor de maior compreensão, transformando analiticamente a Ciência da Religião em Ciências da Religião. Ficaria, assim, definida nossa área de conhecimento como Ciências da Religião, por causa de suas variadas formas de aproximação, embora teoricamente se possa falar em Ciência da Religião para designar tudo o que se sabe sobre o objeto.

Se definimos o objeto e o nome, não da ciência, mas da área de conhecimento, podemos agora enfrentar a questão do método. Acredito que este é o problema maior por vários motivos. Cada ciência particular tem vários métodos, sejam empíricos ou teóricos, usando-os, portanto, ao sabor da predileção do pesquisador ou das circunstâncias ou condições do objeto. Temos, por isso, de dividir nossa discussão por duas vertentes diferentes. Uma delas é analítica e a outra, sintética. Pode ser que estes conceitos não estejam aqui adequadamente aplicados, mas não encontrei outros no momento em que escrevia esta memória. Escrevi em outros lugares que a inserção acadêmica dos estudos de religião no Brasil ocorreu com Roger Bastide no Departamento de Ciências Sociais da USP, em 1937. Bastide é um marco da Sociologia da Religião no Brasil. Entretanto, a religião, com o tempo, foi sendo objeto de estudos em outros departamentos através de linhas de pesquisa, projetos, núcleos e centros de pesquisa firmando especialidades hoje reconhecidas. Foram surgindo trabalhos oriundos das áreas de História, Sociologia, Antropologia, Psicologia e assim por diante., principalmente das universidades públicas, que, com uma única exceção, a Universidade Federal de Juiz de Fora, não centralizaram os estudos de religião em faculdades ou departamentos. A falta de convergência não prejudicou o avanço do conhecimento; ao contrário, apesar de certa tendência empírica em desfavor da compreensão e explicação, a contribuição das universidades públicas no campo de conhecimento da religião tem sido fundamental. O estudo dessas contribuições nos leva a um conhecimento mais analítico da religião por causa das aproximações diferenciadas. De uns vinte anos para cá foram surgindo, nas

universidades confessionais, centros isolados de estudos de religião através de cursos ou departamentos, como em nossa própria instituição e na PUC-SP. Hoje, com estes, temos três cursos de Ciências da Religião, além de um de Ciência da Religião em Juiz de Fora (MG)

Se com a diversificação em departamentos e outras unidades não surge o problema do método, em razão da autonomia de cada forma de aproximação do objeto, nas formas centralizadas, como cursos ou departamentos, a excessiva autonomia de cada ciência ou disciplina, principalmente em relação ao método, pode produzir dispersão prejudicial ao perfil desejado. Quanto maior o número de áreas de concentração e linhas de pesquisa, mais difícil fica a definição da unidade. Com o avanço da experiência em pós-graduação no Brasil, mais atenção vem sendo dada à unidade e ao perfil dos cursos, tendo em vista a altíssima especialização exigida como necessária à produção de conhecimento. Daí a tendência para a estruturação dos cursos de pós-graduação em uma ou duas áreas de concentração. Mas, voltemos à questão do método, dispensando a inútil discussão a respeito deste ou daquele, porque nunca chegaríamos a um acordo, antes de tudo porque qualquer eleição metodológica que se faça é reducionista e cerceadora da liberdade do pesquisador. Mas, como falar da necessidade de convergência sem eleger um método? Em dois trabalhos escritos recentemente, venho defendendo a proposta do recuo para a Filosofia na busca de um método mais geral e independente para nortear os estudos de religião, especialmente quando centralizados em unidades. A fenomenologia, não por descoberta minha, mas pela escolha feita pelos grandes clássicos do século passado, como Otto e Eliade, me parece, pela independência decorrente do seu *status* filosófico, bastante adequada para servir de pano de fundo convergente para a pesquisa e produção de conhecimento num curso de Ciências da Religião. A fenomenologia permite detectar as particularidades dos fenômenos da religião segundo os parâmetros de cada ciência particular e ir convergindo pelas formas de cada religião até uma aproximação da face do sagrado que, na forma de “aparição”, me permite compreendê-lo e descrevê-lo. Não posso me alongar neste ponto, porque exigiria muito esforço e tempo não cabíveis nesta apresentação.

Status atual da(s) Ciência (s) da Religião no Brasil

Resta-me agora tocar no ponto mais sensível da discussão atual do *status* das Ciências da Religião. Fazem parte da mesma área de conhecimento e, portanto, estão subordinados à mesma Comissão de Avaliação, os cursos de pós-graduação em Teologia e em Ciência ou Ciências da Religião. Pelas razões já expostas, levantou-se o problema da definição desses cursos tendo como ponto de partida a questão de se a Teologia é uma ciência e que tipo de ciên-

cia é e, dependendo da resposta, se ela cabe ou não num curso de Ciência ou Ciências da Religião. Se a Teologia é uma ciência e que tipo de ciência é constitui uma discussão infinita, simplesmente porque não há acordo sobre o que é ciência, pois que, para começar, muita gente – membros da comunidade das Ciências Exatas (ou duras) e Tecnológicas – desconfia da cientificidade das Ciências Humanas. Não vou, mais uma vez, me alongar neste ponto por causa da própria natureza do tema. No entanto, o que preocupa, e que parece claro, é que a Teologia, não submetida à crítica epistemológica, surge nos cursos de Ciências da Religião com suas características eclesiais e normativas contrastantes com as ciências de outra natureza, isto é, não-normativas e comprometidas. Uma vez aceita esta dificuldade, não há por que não submeter a Teologia à crítica epistemológica. Caso a comunidade científica da área de Teologia e Ciências da Religião, representada principalmente pelos especialistas que compõem o sistema de avaliação da Capes, persistir na intenção de definir uma coisa e outra, este curso poderá vir ter dificuldades em futuro não distante. Pode ser também que se abandone a intenção e o debate por cansaço ou mudança de perspectivas e a coisa fique como está. São dois cenários que se apresentam à nossa frente.

Concluo voltando ao ponto de partida desta apresentação. Falei em tempo e acaso seguindo o sábio do Eclesiastes. Vejo o sol da existência aproximando-se perigosamente da linha do horizonte e não posso, como Josué, fazê-lo parar. Ele vai, inexoravelmente, pôr-se. Caminho na direção oposta ao tempo e, por isso, ele se encurta. Fazendo um balanço, vejo que todas as coisas são feitas sobre coisas móveis como o tempo e as alternativas – *sed tempus casumque in omnibus* –, mas que no fim, como uma colcha de retalhos, tenho um conjunto às vezes desconforme, mas perceptível no seu todo e cheio de sentido, sentido não pré-sentido, mas que está ali. Todavia, há algo necessário para que esse sentido não pré-sentido seja construído: é o campo unificado da atividade humana, pois que a ausência desse campo impossibilita a construção do sentido, isto é, do sentido da existência. Esse campo, para mim, foi a Metodista, hoje a Universidade Metodista de São Paulo. Foi nela que, dentro da minha estreiteza, das minhas limitações tão claras para mim hoje, que construí o espaço mais caro da minha existência de trabalho. Na palavra “Metodista” incluo todos aqueles com quem convivi, desde os diretores-gerais e seu reitor atual, até os seguranças do *campus*. A todos, muito obrigado!